



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

Convênio nº 30/2025 /RETOMADA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA, E O MUNICÍPIO DE ITAUCU - GOIÁS, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA**, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representada por seu titular, Sr. **César Augusto de Sotkeviciene Moura**, inscrito no CPF nº XXX.145.881-XX, residente e domiciliado em Goiânia - GO, doravante denominada **CONCEDENTE**.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE ITAUCU GOIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 00.167.437/0001-14, com sede na Praça Ilete Bueno, nº 285 - Centro, CEP: 75.450-000, neste ato representado pelo Sr. **CLAYTON PEREIRA DE MELO**, inscrito no CPF: XXX.292.051-XX, residente e domiciliado na Rua miguel freire Quadra 20, nº 05, Setor Central, Itauçu/GO, CEP 75.450-000, doravante denominado **CONVENENTE**, celebram o presente Convênio, em conformidade com o disposto no processo nº (202519222002125), mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o Termo de Convênio, em conformidade com as normas legais previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento é o apoio relacionado à estruturação do evento no Município de Ituaçu, tendo como objetivo viabilizar a realização do **77º aniversário do Município de Ituaçu** que ocorrerá nos **dias 10 a 12 de outubro de 2025**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

3.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (80940325), especialmente elaborado e aprovado, do qual consta o detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução, com seus respectivos cronogramas, devidamente justificados, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio, independente de transcrição.

3.1.1 Qualquer ajuste a ser realizado no Plano de Trabalho (80940325), deve ser submetidos e aprovado previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE**.

3.1.2 Na hipótese de aditamento deste Termo de Convênio, que acarrete alteração do Plano de Trabalho, este deverá ser ajustado e devidamente aprovado.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE .1 Compete ao CONCEDENTE, além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

4.1.1 efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho (80940325) aprovado, que guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento;

4.1.2 monitorar, acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado e avaliar seus resultados;

4.1.3 prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;

4.1.4 avaliar a execução deste Termo de Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado e eventual solicitação de Termo Aditivo pelo CONVENENTE, fundamentada em razões que a justifique;

4.1.5 acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante ou de uma equipe de representantes, especialmente designado(a), a utilização dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Termo de Convênio, avaliando os seus resultados e reflexos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima - Do acompanhamento e fiscalização;

4.1.6 verificar a regular aplicação da parcela de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;

4.1.7 analisar os Relatórios de Execução e a Prestação de Contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Termo de Convênio, devendo comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade decorrente do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, e suspender a liberação dos respectivos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;

4.1.8 verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE para a execução do objeto deste Termo de Convênio, atendo-se à documentação no que concerne à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado e ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

4.1.9 na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, reduzir o quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade;

4.1.10 Receber e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas da gestão de recursos financeiros concedidos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

5.1 Compete ao CONVENENTE, além das obrigações previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

5.5.1 executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo de Convênio, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados pelo CONCEDENTE, observando prazos e custos;

5.5.2 executar o objeto pactuado zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

5.5.3 assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

5.5.4 selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

5.5.5 promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004;

5.5.6 contribuir em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável e Infância;

5.5.7 utilizar os recursos recebidos na execução do objeto deste Termo de Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho (80940325) aprovado, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, devendo sua movimentação realizar-se em conformidade com o disposto na Cláusula Nona – Da conta específica e da aplicação dos recursos;

5.5.8 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;

5.5.9 manter os documentos relacionados a este Termo de Convênio arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;

5.5.10 responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por quaisquer ônus tributários ou extraordinários que venham a incidir sobre o presente Instrumento;

5.5.11 assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da RETOMADA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA e, bem assim, inserir a marca do Governo Estadual nos outdoors custeados, em banners e cartazes, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, observados os limites da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), ficando vedado aos Convenientes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

5.5.12 realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório, de acordo com as normas de licitação, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do Termo de Referência, da planilha orçamentária, o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução terceirizada;

5.5.13 apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

5.5.14 exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento;

5.5.15 estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando for o caso;

5.5.16 fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

5.5.17 disponibilizar, sempre que solicitado, um representante para acompanhar o servidor ou equipe do CONCEDENTE especialmente designado(a) no ato da fiscalização in loco;

5.5.18 permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos

loais de execução do objeto;

5.5.19 não realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio nem efetuar pagamento em data posterior à sua vigência, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

5.5.20 não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;

5.5. 21 não efetuar pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

5.5.22 não realizar despesas a título de taxa de administração, ou similar;

5.5.23 não realizar trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

5.5.24 disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

5.5.25 disponibilizar todo e qualquer material produzido no âmbito deste Termo de Convênio ao CONCEDENTE, para fins institucionais e instrucionais, quando for o caso;

5.5.26 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do Convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

5.5.27 prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma do Artigo 21 do Decreto Estadual nº 10.248/2023, contados do término da vigência deste Termo de Convênio e na forma prevista nos Parágrafos Quarto ao Oitavo desta Cláusula;

5.5.28 não contratar pessoas que tenham sido responsáveis pela elaboração de projetos básicos ou de termos de referência relativos aos objetos contratados, por descumprir o disposto Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248/2023;

5.5.29 elaborar projetos básicos ou termos de referências, para as contratações necessárias à consecução do objeto, com os elementos necessários e suficientes para possibilitar a avaliação dos custos dos serviços a serem contratados de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.5.30 colher as assinaturas de todas as pessoas incluídas como responsáveis pelos projetos básicos ou termos de referência, em atenção ao princípio da veracidade que deve nortear a administração pública, e ao caráter formal do procedimento licitatório consagrado de acordo com Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.5.31 exigir a emissão de pareceres técnico e jurídicos após a fase preparatória, com a finalidade de realização de controle prévio de legalidade dos contratos e termos aditivos contratuais, atendendo ao comando do art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 1 abril de 2021;

5.5.32 formalizar procedimentos de licitação, com abertura do processo administrativo, autuação, protocolo e numeração dos autos processuais, nos termos preconizados pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.5.33 exibir os vídeos de promoção do turismo do Estado de Goiás, disponibilizado pelo CONCEDENTE, devendo ser exibidos, preferencialmente nos períodos que antecedem as atrações artísticas, ou em locais de grande concentração de público do evento;

5.5.34 comunicar o cancelamento do evento à RETOMADA, no prazo mínimo de 03 (três) dias antes de seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados por esta pasta com o envio de servidor(es) para efetuar a fiscalização do evento, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

5.5.35 assegurar e comprovar que os valores arrecadados com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito deste Termo de Convênio sejam revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso;

5.5.36 Realizar a divulgação da formalização do convênio na comunidade beneficiada e à Câmara de Vereadores;

5.5.37 Sempre que possível, identificar o objeto do convênio como resultante da aplicação de recursos do governo estadual.

5.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas nos incisos anteriores acarretará ao CONVENENTE a prestação de esclarecimentos perante o CONCEDENTE.

5.3 A fiscalização pelo CONVENENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, atualizada, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a fiscalização pelo CONVENENTE deverá:

a) manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços; e

b) verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados.

5.4 Os documentos referentes ao procedimento licitatório, à celebração de contratos, à liquidação e aos pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, bem como as informações relativas ao registro de ingressos de recursos do convênio, deverão ser apresentadas no momento da prestação de contas.

5.5 Além da documentação solicitada no Plano de Trabalho, a prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições do Decreto Estadual nº. 10.248/2023, devendo ser composta do seguinte:

1. ofício de encaminhamento;

2. relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

3. cópia do plano de trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;

4. cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;

5. relatório de execução físico-financeira;

6. demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

7. relação de pagamentos efetuados com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

8. relação de serviços de terceiros com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

9. extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;

10. extratos da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período e demonstrando a conta zerada;

11. comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;

12. cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua ineligibilidade, com o respectivo embasamento legal;
13. cópia dos contratos firmados e com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;
14. notas fiscais/faturas;
15. o relatório fotográfico dos bens adquiridos e das obras realizadas, se for o caso;
16. – a relação dos treinados ou dos capacitados, quando for o caso; e
17. o termo de compromisso por meio do qual o conveniente fica obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas

5.6 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o CONCEDENTE estabelecerá prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

5.7 Se ao término do prazo estabelecido o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o concedente registrará, no sistema previsto no parágrafo único do art. 8º deste Decreto, a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, adotará medidas para a reparação do dano ao erário e, se for o caso, providenciará a instauração de tomada de contas especial, sob a pena de responsabilização solidária.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Convênio terá vigência de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho (80940325) aprovado.

6.2 Quando o CONCEDENTE der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência deste Termo de Convênio será prorrogada, de ofício, pelo exato período do atraso verificado, devendo o CONVENENTE, caso o atraso tenha comprometido a realização de metas ou ações estabelecidas no cronograma de execução, propor a reformulação do Plano de Trabalho (80940325), que deverá ser aprovado pela área técnica do CONCEDENTE.

6.3 A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pelo CONCEDENTE.

6.4 O CONVENENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a Prestação de Contas, a contar do término da vigência estabelecida no item 6.1, ou da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, pelo CONCEDENTE, correndo a despesa à conta do Orçamento do Estado de Goiás, e o Valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, contrapartida do CONVENENTE, nota de empenho nº 01040/2025 (80943484), de acordo com o Plano de Trabalho (80940325) aprovado.

Da **CONCEDENTE**:

Dotação Orçamentária: 2025.4201.11.691.1054.3254.03

Natureza da Despesa: 3.3.40.41.21

Fonte: 15000100

Nota de Empenho: 2025.4201.030.00017, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

7.2 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício subsequente, no que corresponde ao CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, quando for o caso.

7.3 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, provenientes das aplicações, se for o caso, figurarão, obrigatoriamente, no Orçamento do CONVENENTE, obedecendo ao desdobramento por fonte de recursos e elementos de despesa.

7.4 Na hipótese do objeto deste Termo de Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo CONCEDENTE quanto pelo CONVENENTE, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (80940325) aprovado, em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do Convênio, a crédito de conta específica.

8.2 Para recebimento dos recursos o CONVENENTE deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho (80940325).

8.3 A liberação da segunda parcela e seguintes fica condicionada à aprovação, pelo CONCEDENTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada, quando for o caso.

8.4 O CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos quando houver quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, ou quando a justificativa apresentada pelo CONVENENTE não for aceita, observado o previsto na Cláusula Décima Primeira – Das Irregularidades.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONTA ESPECÍFICA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, serão obrigatoriamente, mantidos em conta bancária específica do Convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pelo Estado e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.2 Os recursos financeiros serão repassados ao CONVENENTE, em uma ou mais parcelas, para atendimento das disposições do Demonstrativo de Desembolso contido no Plano de Trabalho (80940325), parte integrante deste Termo de Convênio;

9.3 O CONVENENTE manterá uma conta bancária específica, para registro das operações financeiras do Convênio;

9.4 Se houver saldo dos recursos que foram liberados pela CONCEDENTE, este deverá ser devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do Convênio, ressalvadas as hipóteses;

9.5 Os recursos liberados pela CONCEDENTE e aplicados indevidamente pelo CONVENENTE deverão ser devolvidos à conta vinculada do Convênio;

9.6 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho (80940325) mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.7 Os recursos transferidos pela CONCEDENTE, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados, através da instituição bancária detentora da conta corrente do Convênio, desde que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

9.8 As receitas, oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida e serão aplicadas no objeto do Convênio, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para recursos transferidos.

9.9 Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

9.10 As receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

9.11 A liberação de parcelas de recursos sujeitará o conveniente a manter as mesmas condições para celebração do convênio e deverá ser efetuada em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as referidas parcelas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

9.11.1. quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

9.11.2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

9.11.3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) a ser designado por meio de Portaria nº 255, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu objeto, devendo o CONCEDENTE registrar os atos de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Instrumento, respondendo o CONVENIENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Termo de Convênio.

10.2 A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, em ateste da execução de serviços realizados no âmbito deste Termo de Convênio, mediante fiscalização in loco ou conforme previsto nas subcláusulas 10.5 e 10.7 abaixo delineadas, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados com os quantitativos efetivamente executados.

10.3 O acompanhamento pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, na análise e aprovação das eventuais reformulações de projetos, quando houver modificação, inclusive de especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo CONVENIENTE, apresentados previamente ao CONCEDENTE.

10.4 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada por um representante, ou uma equipe de representantes, do CONCEDENTE, especialmente designado(a), conforme previsto na subcláusula 4.1.5., constante da Cláusula Quarta – Das Obrigações do Concedente, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

10.5 O(A) servidor/equipe designado(a) pelo CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Convênio, preferencialmente, por meio de supervisão in loco ou qualquer meio idôneo

disponível, tais como: jornais, internet, fotografias, telefonemas e congêneres, que caso não ocorra deverá ser devidamente justificada.

10.6 O(A) servidor/equipe especialmente designado(a) pela CONCEDENTE não poderá pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão.

10.7 O CONVENENTE deverá franquear o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução do Convênio.

10.8 A não execução do objeto na data prevista no Plano de Trabalho (80940325) aprovado ensejará a anulação da Nota de Empenho e rescisão unilateral do Convênio pela CONCEDENTE.

10.9 No acompanhamento do objeto deste Termo de Convênio serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho (80940325) e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho (80940325) nas condições estabelecidas.

10.10 Ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da CONCEDENTE, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS IRREGULARIDADES

11.1 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, além das previstas abaixo, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

I - quando não houver comprovação da correta aplicação da(s) parcela(s) recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados pelo CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Convênio;

III - quando o CONVENENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Termo de Convênio.

11.2 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

11.3 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput desta Cláusula o CONCEDENTE: a) realizará a apuração do dano; e b) comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

11.4 O não atendimento das medidas saneadoras previstas na subcláusula 11.2 ensejará que o ordenador de despesas, sob pena de responsabilidade, determine a inscrição no cadastro de inadimplentes e a instauração da Tomada de Contas Especial.

11.5 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o CONCEDENTE dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1 Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher por meio de Guia de Recolhimento ao Estado o que se segue:

12.1.1 os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado;

12.1.2 o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

a. quando não for executado o objeto da avença;

b. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Convênio; e

c. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Termo de Convênio, a prestação de contas.

12.1.3 o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

12.1.4 o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação;

12.1.5 o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

12.2 A devolução prevista no item 11.1 será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelos Partícipes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

13.1 Obriga-se o CONVENENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONCEDENTE, sendo que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, identificando o número do Convênio e a especificação dos itens conforme Plano de Trabalho aprovado, bem como manter em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1 É vedada a utilização dos recursos repassados pelo CONCEDENTE, dos recursos oriundos de aplicação financeira, quando houver, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho aprovado, devendo o Convênio ser executado em estrita observância às suas Cláusulas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

III – pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

IV – alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

V – utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

VI – realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VII – realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VIII – realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos Participes, mediante notificação escrita, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos Participes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

15.2 Constitui motivo para rescisão deste Termo de Convênio, além do acima exposto, principalmente a constatação, pelo CONCEDENTE, das seguintes situações:

- a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- d) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Nona - Da Conta Específica e da Aplicação dos Recursos; e
- e) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

15.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 A rescisão do Convênio quando resulte dano ao erário enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.5 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1 Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência e desde que aceitas pelo CONCEDENTE, não podendo haver alteração do objeto aprovado.

16.2 A celebração de Termo Aditivo fica condicionada à comprovação de regularidade, nos termos da legislação vigente, e da regular execução das metas/etapas do Convênio em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, a ser verificada pela respectiva área técnica do CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

17.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

17.2 Fica vedada aos Participes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.

17.3 Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO

18.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

18.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.248/2023;

E por estarem acordes, assinam este instrumento os representantes das partes, para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

Pela **CONCEDENTE**:

CÉSAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA
Secretário de Estado de Retomada

Pela **CONVENENTE**:

CLAYTON PEREIRA DE MELO
Prefeito Municipal de Itauçu

Goiânia, 10 de Outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CLAYTON PEREIRA DE MELO, Usuário Externo**, em 10/10/2025, às 16:27, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 10/10/2025, às 18:01, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **80944877** e o código CRC **BDAB04D4**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 82 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXERIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE - Bairro
SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-095



Referência: Processo nº 202519222002125



SEI 80944877

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS CONCEDENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente:		1.2 CNPJ:	
Secretaria de Estado da Retomada		37.992.607/0001-05	
1.3 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Leste, Setor Central			
1.4 Cidade:	1.5 UF:	1.6 CEP:	1.7 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.8 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.9 Site: www.retomada.go.gov.br	
1.10 Nome do Responsável pela instituição:		1.11 CPF:	
Cesar Augusto de Stokevicene Moura		XXX.145.881-XX	
		1.12 C.I (Órgão Expedidor):	
		3100305 SSP-GO	
1.13 Endereço:			
Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Oeste, Setor Central			
1.14 Cidade:	1.15 UF:	1.16 CEP:	1.17 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.18 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.19 Site: https://www.retomada.go.gov.br/	

2. DADOS CADASTRAIS - CONVENENTE

2.1 Órgão/Entidade Proponente:		2.2 CNPJ:	
Município de Itaçu		00.167.437/0001-14	
2.3 Endereço:			
Pc. Ilete Bueno, Nº 285, Centro, Itaçu /GO			
2.4 Cidade:	2.5 UF:	2.6 CEP:	2.7 DDD/Telefone:
ITAÚÇU	GO	75.450-000	(62) 3378-1368
2.8 E-mail: smad@itauçu.go.gov.br		2.9 Site: pref@itauçu.go.gov.br	
2.10 Nome do Responsável pela instituição:		2.11 CPF:	
		xxx.292.051-xx	
		2.12 C.I (Órgão Expedidor):	

Clayton Pereira de Melo		DGPC/GO	
2.13 Endereço			
Rua Miguel Freire nº 5 PC-2005 Q. 20 Centro Itauçu			
2.14 Cidade:	2.15 UF:	2.16 CEP:	2.17 DDD/Telefone:
Itauçu /GO	GO	75.450-000	(62) 9 9908-2644
2.18 E-mail: pref@itauçu.go.gov.br		2.19 Site: Claytonmelo-prefeito@hotmail.com	

3. DADOS CADASTRAIS - GESTOR (A) DO CONVÊNIO

3.1 Nome:		3.2 CPF:	
Clayton Pereira de Melo		xxx.292.051-xx	
3.3 Vínculo com Conveniente: Prefeito Municipal de Itauçu			
3.4 Cidade:	3.5 UF:	3.6 CEP:	3.7 DDD/Telefone:
Itauçu	GO	75.450-000	(62) 9 9908-2644
3.8 E-mail:			

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1 Título do Projeto:	4.2 Vigência do convênio:	
Apoio à realização 77ª aniversário do município de Itauçu	Início	Término
	Após a subscrição do Convênio	2 (dois) meses após a assinatura do Convênio
4.3 Objetivo do Convênio:		
<p>O presente convênio tem por objeto viabilizar, por meio de repasse financeiro do Estado de Goiás ao Município de Itauçu, a execução da infraestrutura física do 77ª aniversário do município, que ocorrerá entre os dias 10 a 12 de outubro de 2025, em espaço público da cidade de Itauçu-GO.</p> <p>A destinação dos recursos contempla, exclusivamente, a locação, instalação e operação de estruturas de banheiros, placa de fechamento e o sistema de sonorização.</p> <p>Estão inculcadas na execução do objeto as seguintes ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem da careta banheiro com a infraestrutura de saneamento e manutenção do serviço de limpeza, com posterior retirada; 2. Montagem e desmontagem das placas de fechamento; 3. Montagem do sistema de sonorização e iluminação no local escolhido. <p>Com apresentação artística, desfile estudantil com presença de autoridades, sorteio de brindes A iniciativa visa proporcionar um ambiente adequado para a celebração da tradição local, promovendo o fortalecimento da identidade cultural, o fomento ao turismo regional e a dinamização da economia por meio da geração de renda e oportunidades para empreendedores, artistas locais e trabalhadores do setor de eventos.</p> <p>O apoio estadual destina-se exclusivamente à infraestrutura do evento, conforme detalhado no orçamento anexo, não sendo permitido o uso dos recursos para custeio de cachês artísticos, contratação de shows ou outras despesas alheias ao escopo físico-estrutural do convênio.</p>		

4.4 Justificativa:

O município de **Itauçu**, localizado no interior do Estado de Goiás, na Região Centro-Oeste do país, possui uma população estimada em **7.736 habitantes**, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Trata-se de uma cidade de pequeno porte, cuja dinâmica social e econômica é fortemente marcada pela convivência comunitária e pela valorização das manifestações culturais locais.

A **realização do Aniversário da Cidade de Itauçu** representa o principal evento festivo do município, consolidando-se como uma celebração tradicional e de grande relevância para a população local. Além de seu valor simbólico e cultural, o evento assume papel essencial na promoção da **integração social** e na **democratização do acesso à cultura e ao entretenimento**, uma vez que as apresentações artísticas e shows são realizados de forma **gratuita e aberta ao público**, garantindo que toda a comunidade possa participar, independentemente de condição econômica.

Os impactos positivos do evento se estendem para além do campo cultural, alcançando também a **esfera econômica**. A realização de shows e atividades festivas gera **empregos temporários** em diversas áreas — como segurança, sonorização, iluminação, limpeza e logística — e movimenta o **comércio formal e informal**, fortalecendo o setor de serviços e estimulando o consumo local. Essa movimentação contribui para o **aquecimento da economia** e para o **incremento da arrecadação municipal**, refletindo diretamente no desenvolvimento socioeconômico da cidade.

Eventos públicos dessa natureza também cumprem importante função de **fomento à cidadania**, ao promoverem o encontro entre pessoas em espaços coletivos, favorecendo o convívio social, o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade local. A **música**, como linguagem universal, atua como elemento de união, aproximando públicos diversos e celebrando a cultura popular de forma ampla e acessível.

Assim, o apoio do **Estado de Goiás**, por meio da **Secretaria de Estado da Retomada**, torna-se fundamental para garantir as condições técnicas e estruturais necessárias à realização do evento, incluindo banheiros, sonorização, iluminação e fechamento. Tal investimento reflete o compromisso do poder público com o fortalecimento das manifestações culturais regionais, a promoção do turismo interno e o estímulo à economia criativa local.

Dessa forma, o **Aniversário da Cidade de Itauçu** reafirma-se como um evento de significativa importância cultural, social e econômica para o município, justificando plenamente a destinação de recursos públicos para sua realização e continuidade, em consonância com as políticas estaduais de incentivo à cultura, ao turismo e à geração de emprego e renda.

4.5 Problema a ser solucionado:

O problema a ser solucionado é a inexistência de financiamento regular e adequado à grandiosidade da Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário, o que compromete a estrutura, a segurança, a acessibilidade e a valorização plena dos ritos tradicionais tão importantes para a cidade, região e estado de Goiás.

4.6 Caracterização dos Interesses Recíprocos:

A celebração do presente convênio entre o Município de Itauçu e o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Retomada, tem por finalidade estabelecer cooperação institucional para viabilizar a realização do Aniversário da Cidade de Itauçu, evento tradicional e de grande relevância cultural, social e simbólica para a população local. Trata-se da principal festividade do município, que reúne moradores, visitantes e comerciantes, promovendo integração comunitária, fortalecimento da identidade local e geração de oportunidades econômicas.

A parceria justifica-se pelo interesse público recíproco entre as partes envolvidas. Ao Estado de Goiás, por meio da Secretaria da Retomada, cabe o compromisso constitucional de fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável, promover a geração de trabalho e renda, incentivar a economia criativa e valorizar as manifestações culturais regionais. Esses objetivos estão diretamente alinhados aos resultados positivos decorrentes da realização do evento, que movimenta o comércio formal e informal, cria empregos temporários e impulsiona o turismo local, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e da economia municipal.

Ao Município de Itauçu, por sua vez, compete a execução direta das ações locais, garantindo a infraestrutura necessária, a logística operacional e o apoio comunitário indispensável para o bom andamento do evento, bem como a articulação com artistas, prestadores de serviço e empreendedores locais, de forma a assegurar que a celebração ocorra de maneira organizada, inclusiva e acessível a toda a população.

O convênio é, portanto, mutuamente benéfico, pois une esforços da administração estadual e municipal para fomentar o desenvolvimento regional, estimular o empreendedorismo local, promover inclusão produtiva e democratizar o acesso à cultura e ao lazer. A atuação da Secretaria da Retomada, ao apoiar institucional e financeiramente o evento, reafirma sua missão de impulsionar o desenvolvimento territorial e social do Estado de Goiás, promovendo o fortalecimento das vocações locais e a valorização das manifestações culturais que integram o patrimônio imaterial goiano.

Assim, a parceria entre o Município de Itauçu e a Secretaria de Estado da Retomada reflete um alinhamento estratégico de objetivos e resultados, assegurando benefícios concretos à população, à economia local e à consolidação de políticas públicas voltadas à cultura, ao turismo e à geração de renda.

4.7 Público-alvo:

A população é diretamente beneficiada por meio do acesso ampliado a um evento seguro, estruturado e acessível, o que fortalece a participação comunitária e promove oportunidades de geração de renda. Ao fomentar esse tipo de iniciativa, o Estado cumpre seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento territorial e sustentável.

Estima-se um público de 3.000 mil pessoas entre jovens, adultos e idosos para os 3 dias de festas, público esse estimado com base nos eventos anteriores:

4.8 Objetivos a serem alcançados:

4.8.1 Objetivo geral, sucinto:

Garantir a realização do Aniversário da Cidade de Itauçu-GO, entre os dias 10 a 12 de outubro de 2025, por meio da execução da infraestrutura física, artística e decorativa necessária à realização das apresentações musicais e atividades culturais, assegurando acesso gratuito, seguro e acessível à população, e promovendo, assim, o fortalecimento da identidade local, a integração comunitária e o desenvolvimento econômico e turístico do município.

4.8.2 Objetivos específicos:

- Promover a valorização do turismo cultural em Itauçu-GO e região, atraindo visitantes e fortalecendo a imagem do município como polo de convivência e cultura;
- Estimular a economia local por meio da geração de empregos temporários e do aumento do consumo no comércio formal e informal durante os dias de festividade;
- Apoiar o setor de hospedagem e alimentação do município, impulsionando o fluxo turístico e a movimentação de visitantes durante o evento;
- Garantir o acesso gratuito à cultura e ao lazer, promovendo a inclusão social, a cidadania e o sentimento de pertencimento comunitário por meio da participação nas atividades festivas;

4.9 Resultados esperados:

Espera-se, com a execução do presente convênio entre o Município de Itauçu e o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Retomada, viabilizar a realização do **Aniversário da Cidade de Itauçu-GO**, entre os dias **10 a 12 de outubro de 2025**, com a disponibilização de **infraestrutura essencial** para o bom andamento do evento, abrangendo a instalação de banheiros químicos, fechamento do espaço, sonorização e iluminação. Esses elementos estruturais garantirão a organização, segurança, conforto e qualidade técnica das apresentações artísticas e culturais programadas, assegurando o acesso gratuito, seguro e inclusivo à população local e aos visitantes.

A implantação dessa infraestrutura permitirá que o evento ocorra de forma adequada e segura, reforçando o caráter comunitário e popular da festividade, considerada a mais importante celebração do município. Com a oferta de som e iluminação de qualidade, os artistas locais e regionais terão melhores condições de se apresentar, fortalecendo a valorização da cultura itauçuense e promovendo a economia criativa. Além disso, a instalação de banheiros e o fechamento do espaço contribuirão para melhores condições sanitárias e de controle de público, garantindo um ambiente agradável, acessível e compatível com o porte da celebração.

Do ponto de vista econômico, o evento proporcionará oportunidades de trabalho temporário nas etapas de montagem, operação e desmontagem da estrutura, envolvendo técnicos de som e iluminação, montadores, seguranças e pessoal de limpeza, além de gerar movimentação econômica indireta com o aumento da demanda no comércio formal e informal, em especial nos segmentos de alimentação, bebidas e pequenos serviços.

Sob o aspecto social, o Aniversário de Itauçu fortalece o sentimento de pertencimento e orgulho da população, funcionando como um importante espaço de convivência, lazer e integração comunitária, especialmente por oferecer atividades gratuitas e acessíveis a todos os públicos. Já no campo turístico, espera-se a atração de visitantes das cidades vizinhas, impulsionando o setor de hospedagem, alimentação e transporte local, além de consolidar o evento como parte do calendário regional de celebrações culturais e populares do Estado de Goiás.

Por fim, o presente convênio busca assegurar as condições necessárias para que o Aniversário da Cidade de Itauçu seja realizado com qualidade, segurança e estrutura adequada, promovendo não apenas o entretenimento da população, mas também o fortalecimento da cultura local, o estímulo à economia e a projeção positiva do município no cenário regional.

4.10 Metas a serem atingidas



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
Itauçu
2025-2028

*A força
de um
novo
tempo!*

Meta	Tipo	Indicadores	Forma de Aferição/Meios de Verificação
Instalação da infraestrutura física e técnica do evento	Quantitativa	<ul style="list-style-type: none">• Instalação de banheiros químicos em número suficiente para o público estimado;• Montagem completa do fechamento perimetral da área do evento;• Instalação e funcionamento pleno do sistema de som e iluminação;	<ol style="list-style-type: none">1. Checklists de montagem e relatórios de vistoria técnica;2. Notas fiscais e contratos de prestação de serviços;3. Registro fotográfico e audiovisual da estrutura instalada.
Garantir condições adequadas de segurança, acessibilidade e conforto ao público	Qualitativa	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura perimetral instalada e testada;• Disponibilidade de banheiros em condições de uso;• Funcionamento eficiente dos sistemas de iluminação e sonorização durante todo o evento;	<ol style="list-style-type: none">1. Relatórios de execução e de equipe técnica;2. Registros fotográficos;3. Declarações da organização e da equipe de segurança.
Fomentar a economia local com a contratação de serviços e profissionais da região	Quantitativa	<ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 70% dos serviços contratados provenientes de empresas e profissionais locais;• Envolvimento de trabalhadores de Itauçu e municípios próximos nas atividades de montagem, operação e limpeza;	<ol style="list-style-type: none">1. Contratos, notas fiscais e planilhas de execução financeira;2. Comprovantes de endereço dos prestadores de serviço.
Promover a valorização cultural e social da população itauçuense	Qualitativa	<ul style="list-style-type: none">• Realização de apresentações artísticas locais com suporte técnico adequado;• Participação expressiva da comunidade nos dias de evento;	<ol style="list-style-type: none">1. Relatórios de execução do evento;2. Registros fotográficos e de público;3. Declarações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
Estimular o turismo e o fluxo de visitantes na cidade	Quantitativa	<ul style="list-style-type: none">• Presença de público visitante oriundo de municípios vizinhos;• Aumento da movimentação no comércio e serviços locais durante os dias 10 a 12 de outubro de 2025;	<ol style="list-style-type: none">1. Declarações da rede de hospedagem e comércio local;2. Registros de público e estimativas oficiais da Prefeitura;3. Relatórios da Secretaria Municipal de Turismo.

4.11 Capacidade técnica-operacional

O município conta com equipe capacitada e com experiência na realização de eventos desse porte e demonstra, portanto, a capacidade técnica e gerencial necessária para a execução do objeto.

Em anexo, segue no relatório fotos sobre as edições anteriores:





Etapa	Descrição	Duração		Indicador Físico
		Início	Término	
1ª	Solicitação do serviço, mediante ordem de serviço	Após a assinatura do Termo	Após a assinatura da Ordem de Serviço pelo Gestor do Convênio	Entrega e montagem dos banheiros, fechamentos, som e iluminação
2ª	Execução do evento	10/10/2025	12/10/2025	Realização do evento; Operação contínua de som, luz e estrutura; Registro fotográfico e audiovisual do evento;
3ª	Desmontagem e Encerramento	12/10/2025	14/10/2025	Desmontagem das estruturas físicas; Limpeza e devolução dos espaços públicos; Elaboração dos relatórios de execução e prestação de contas.
4ª	Compilação e apresentação da prestação de contas não financeira pela Retomada e cumprimento das mentas pelo Município	Após a finalização da execução do evento.	90 dias após o fim da execução do evento	documentação

6. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO/ORÇAMENTO

6.1 Plano de Aplicação				
EXERCÍCIO	TIPO DE DESPESA	CONCEDENTE (R\$)	PROPONENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
2025	Contratação Geral	R\$ 100.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 102.000,00

6.2 Orçamento Detalhado					
Item	Especificações	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total
6.2.1	Locação de Carreta banheiros de uso temporario, contendo no minimo 16 banheiros cada - banheiro completo com infraestrutura de saneamento e serviços de limpeza regular.	03	diaria	6.000,00	18.000,00
6.2.2	Locação de 125 placas de fechamento estruturado em ferro metalon 2x1 mtrs. Com apoio.(cada placa medindo no minimo 2 metros.	250	UND	60,00	15.000,00



6.2.3	Locação de Sistema de Sonorização e iluminação de grande porte -sistema de som PA LINE: 24 caixas de medio Agudo, 24 caixa de grave, 2 mesas de som 48 canais, 8 monitores, 1 sub Drums para bateria, 1 side Fill duplo de 04 vias, 1 sistema de front fill 4 caixas , 1 multicabo de 56 vias com splinter 60 metros, 24 pedestais para microfones , 20 directbox passivos e ativos, 3 kit microfone sem fio axiente base dupla, 6 microfones sem fio, microfones com fio, subsnakes, multivias e cabos XLR de diversos tamanhos, 10 reguas de AC estabilizadas 127 e 220 vplts, 1 corpo de bateria completo(1 bumbo 22, 1cx 14, 3 tons 8, 10, 12 e surdo 16, e ferragem completa), 01 amplificador completo de Bass(gk, HARTK, AMPG- 01 CX 15, 01CX 4x10), 01 amplificador de Guitarra (Vox, fender TWIN).	02	diaria	34.500,00	69.000,00
	TOTAL:				R\$ 102.000,00

6.3. O apoio ofertado pelo CONCEDENTE terá como finalidade precípua itens relacionados com estruturas, como definido no objeto do ajuste, não fazendo jus à utilização do repasse para itens relacionados a shows.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1. O CONCEDENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2025	R\$ 100.000,00

7.2. O CONVENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2025	R\$ 2.000,00

7.3. Conforme as tabelas supra, o desembolso será realizado após a subscrição do Convênio.

8. OBSERVAÇÕES GERAIS

8.1. O Município de Itauçu será a entidade realizadora a festa de aniversario da cidade, que ocorrerá nos dias 10 a 12 de outubro de 2025.

8.2. O Município de Itauçu será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento do evento, cumprindo todo o disposto no Plano de Trabalho.

8.3. O Município de Itauçu ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, tributária, trabalhista e previdenciária acaso decorrente da execução do objeto do convênio.

9. DECLARAÇÃO

- 9.1. Na qualidade de representante da Convenente, venho declarar à Secretaria de Estado da Retomada de Goiás que:
- a) O Município de Itauçu informará à Secretaria de Estado da Retomada - SER, a qualquer tempo, durante a execução do instrumento, as ações desenvolvidas para viabilizar os eventos.
 - b) O Município de Itauçu irá prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio.
 - c) O Município de Itauçu irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta corrente bancária aberta somente para fins do eventual Convênio a ser firmado.
 - d) O Município de Itauçu irá operacionalizar o objeto, estando ainda ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Secretaria de Estado da Retomada - SER, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional.
 - e) O Município de Itauçu não possui, em seu corpo diretivo, servidores da Administração Pública Estadual ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores da Secretaria de Estado da Retomada - SER ou de diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da alta administração do poder público Estadual.
 - f) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os servidores envolvidos com o Convênio e respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - g) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o Município de Itauçu não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito.
 - h) O Município de Itauçu não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente convênio.
 - i) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará a Secretaria de Estado da Retomada - SER quando solicitado e, antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência.

Ante o exposto, pede-se **APROVAÇÃO** do Plano de Trabalho.

CLAYTON PEREIRA DE MELO:57529205153
CLAYTON PEREIRA DE MELO
Prefeito Municipal de Itauçu

Assinado de forma digital por
CLAYTON PEREIRA DE
MELO:57529205153
Dados: 2025.10.10 12:53:05
-03'00'

Esta Secretaria de Estado da Retomada - SER **APROVA** o Plano de Trabalho, por seu representante que subscreve.

César Augusto Sotkeviciene Moura
Secretário de Estado da Retomada



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

DECLARAÇÃO Nº 52 / 2025 RETOMADA/GECG-21307

CONSIDERANDO o teor do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, que estabelece normas que regulamentam a celebração, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos convênios e dos termos de cooperação firmados no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, em que menciona que para a celebração do convênio dependerão da aprovação do plano de trabalho depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pelos órgãos ou pelas entidades interessadas.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho apresentado pelo **Município de Itauçu**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.167.437/0001-14, preenche os requisitos legais, conforme manifestação da Procuradoria Setorial, por meio do Parecer n.º 347/2025 (80741801).

DECIDO pela aprovação do Plano de Trabalho (80940325), apresentado visando à disponibilização de estrutura física e logística, por parte do Estado, para a **77ª aniversário do Município de Itauçu**, que ocorrerá entre os dias 10 a 12 de outubro de 2025, em espaço público da cidade que representa o principal evento festivo do município, consolidando-se como uma celebração tradicional e de grande relevância para a população local. Além de seu valor simbólico e cultural, o evento assume papel essencial na promoção da integração social e na democratização do acesso à cultura e ao entretenimento, garantindo que toda a comunidade possa participar, independentemente de condição econômica.

César Augusto Sotkeviciene Moura

Secretário de Estado da Retomada

GOIANIA, 10 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, Secretário (a) de Estado, em 10/10/2025, às 18:01, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **80945307** e o código CRC **FE77AF04**.



Referência: Processo nº 202519222002125



SEI 80945307

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE
SERVIÇO:
0000573189

TÍTULO: Extrato do Convênio nº 30/2025

USUÁRIO: IARA PEREIRA DE SÁ

LOGIN: iara.pereira

CLIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/10/2025

SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO: APROVADA

DATA DO ENVIO: 13/10/2025

HORA: 07:37:45

VALOR: 462,88

ALTURA (cm): 10.58

COLUNA(S): 1

CM² (Colunas x altura):
10.58

JORNAL: Diário Oficial do Estado de Goiás

CADERNO: Caderno Único

SEÇÃO: II - Secretarias de Estado

**DADOS
DO
ARQUIVO**

EXTENSÃO: docx

IMPRESSÃO

DATA: 13/10/2025

HORA: 07:38:37

USUÁRIO: IARA PEREIRA DE SÁ

PROCESSO: 202519222002125

ESPÉCIE: Convênio.

CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA, CNPJ 37.992.607/0001-05.

CONVENENTE: MUNICIPIO DE ITAUCU GOIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 00.167.437/0001-14.

OBJETO: apoio relacionado à estruturação do evento no Município de Itauçu, tendo como objetivo viabilizar a realização do **77º aniversário do Município de Itauçu** que ocorrerá nos **dias 10 a 12 de outubro de 2025**, consolidando-se como uma celebração tradicional e de grande relevância para a população local. Além de seu valor simbólico e cultural, o evento assume papel essencial na promoção da integração social e na democratização do acesso à cultura e ao entretenimento, uma vez que as apresentações artísticas e shows são realizados de forma gratuita e aberta ao público, garantindo que toda a comunidade possa participar, independentemente de condição econômica.

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência de 2 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho aprovado.

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2025.

ASSINATURAS: César Augusto Sotkeviciene Moura - Secretário de Estado; Clayton Pereira de Melo, **Prefeito Municipal de Itauçu.**